



## O foco das ações do CRESS está na Orientação e Fiscalização

Saiba o que é e como é feito este trabalho

A assistente social do INSS Janaína Trein (à esquerda) e a agente fiscal Cleonice Stefani.

PÁGINA 9

■ O trabalho das Comissões Temáticas

PÁGINA 4

■ Como foi o 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS

PÁGINA 6

■ Artigo: O GT Sociojurídico em questão

PÁGINA 12

**DIRETORIA**

**Presidente:** Miriam Thais Guterres Dias (CRESS 2049)  
**Vice-Presidente:** Sílvia da Silva Tejadas (CRESS 3646)  
**1ª Secretária:** Maria Suzete Costa Muller (CRESS 2024)  
**2ª Secretária:** Carolina Cerveira (CRESS 6830)  
**1ª Tesoureira:** Sonia Maria Araújo Figueiredo Almeida (CRESS 1366)  
**2ª Tesoureira:** Mara Brum (CRESS 3411)  
**Suplentes:**  
 Mariana da Silva Vargas  
 Bruna de Souza Machado  
 Grayce Kelly Carneiro Gonçalves  
 Vanessa Faria Cardoso

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos:**  
 Elisabete Ramos Glassmann  
 Iandara Souza da Costa  
 Miriam Dabdb Domingues Kolinger  
**Suplentes:**  
 Anahi Marques Melgare  
 Daniela Ferrugem  
 Denise Terezinha Zampronio Rossetto

**SECCIONAL DE CAXIAS DO SUL**

**Coordenadora:** Roberta Rama de Brito (CRESS 8082)  
**Secretária:** Alessandra Isabel Bombassaro (CRESS 7208)  
**Tesoureira:** Luana Zulian Golin (CRESS 6067)  
**Suplentes:**  
 Simonela Nichel (CRESS 6585)  
 Mari Angela Stallivieri Pistorello (CRESS 7780)  
 Andrea Dandolini Camello (CRESS 6187)

**SECCIONAL DE PELOTAS**

**Coordenadora:** Maria Izabel Marini Arndt (CRESS 2227)  
**Secretária:** Carolina Andersson Bunde (CRESS 7739)  
**Tesoureira:** Angelita Soares Ribeiro (CRESS 7343)  
**Suplentes:**  
 Aline Wienke Sesterheim (CRESS 6875)  
 Carim Angela Dummer (CRESS 5586)  
 Cristine Jaques Ribeiro (CRESS 4684)

**COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA**

Miriam Thais Guterres Dias, Grayce Kelly Carneiro Gonçalves e Miriam Dabdb Domingues Kolinger  
**Jornalista Responsável:**  
 Vanessa Martins – MTB/RS 11.584  
**Fotos:** arquivos CRESS e Seccionais, banco de imagens, comunicação CFESS  
**Editoração:** Jonas Furlan  
**Impressão:** Gráfica Pallotti  
**Tiragem:** 7000 Exemplares

**CRESS Informa:**

Martinscomunic Assessoria em Comunicação  
 martinscomunic@gmail.com

**Gestão**

“Gestão CRESSer Com Ética”  
 Rua André Belo, 452 - sala 201  
 Menino Deus - Porto Alegre/RS  
 CEP 90110-020

Fone/Fax: (51) 3224.3935 / COFI - 3225-3618  
 cress10@terra.com.br

**Opção ecológica** - O CRESS/RS procura fazer a sua parte na luta pela preservação da natureza: adotamos o uso do papel reciclado em todas as publicações.

# Colegas assistentes sociais!

**E**sta publicação traz um apanhado do último trimestre do ano e vai apresentar as principais ações que a Gestão CRESSer com Ética realizou à frente da nossa instituição. É importante destacar este espaço institucional que, por força de um marco legal, materializa as necessidades para a presença da profissão na sociedade ao ser vigilante das condições de trabalho postas aos profissionais e ao defender os Direitos Humanos, em especial, dos usuários das Políticas Públicas. As atribuições e competências dos/as assistentes sociais vão expressar o Projeto Ético-Político da categoria ao demarcar a necessidade de espaços de trabalho dignos, éticos e viabilizadores de direitos. Por isto, no 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, ocorrido em Palmas (TO), foi escolhido o tema para as comemorações do Dia do/a Assistente Social de 2013: Serviço Social na Luta Contra a Exploração do Trabalho. Em sintonia com esta temática, a matéria principal desta edição é a apresentação das atividades da Fiscalização do CRESS, que revelará aos colegas as dificuldades e as preocupações que a nossa categoria vem enfrentando no seu cotidiano de trabalho, na luta por condições dignas de trabalho, por uma formação qualificada e exercício profissional valorizado. Leiam com atenção e verifiquem a quantidade de visitas e acompanhamentos diversos que a entidade fez e faz, sabendo que podem contar com este esforço e dedicação para que os profissionais sejam devidamente valorizados e ofereçam um trabalho qualificado, orientados pelas diretrizes e princípios expressos na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética.

Destacamos também as várias reflexões e produções que o GT Sociojurídico tem realizado para contribuir na avaliação de determinadas ações governamentais e na discussão e na elaboração de propostas condizentes com os anseios por

inclusão e respeito à diversidade. Os demais GTs e Comissões também registram suas atividades em prol dos interesses da categoria, assim como reinício das atividades da Comissão Ética e Direitos Humanos, que abordará temas transversais a todas as atividades do CRESS. Contaremos também com a participação dos colegas envolvidos nestes espaços na organização do 7º Encontro Gaúcho dos/as Assistentes Sociais, em 2013, quando vamos marcar os 50 anos de criação da entidade em solo gaúcho e debater sobre o trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Com muita satisfação noticiamos também o aumento dos Nucess. Agora já são 27, compostos por profissionais que trabalham em 272 municípios, correspondendo a 54% dos municípios gaúchos. Ou seja, os profissionais estão mobilizados, atentos às mudanças em curso na sociedade, se qualificando e sendo protagonistas nos seus espaços de trabalho. No dia 24 de outubro, às 14 horas, será realizada a segunda reunião do ano com os representantes dos Nucess, momento importante para integração e planejamento de ações. Destacamos ainda uma ação planejada para 2013 – a realização do Curso Ética em Movimento em sete regiões do Estado para os colegas dos Nucess, que será descentralizado para facilitar a participação do maior número de colegas.

Por fim, esperamos todas/os na Assembleia Geral Ordinária em 24 de outubro para apreciação da prestação de contas e deliberarmos sobre as anuidades do próximo exercício, fundamental para viabilizar este conjunto de atividades em prol dos/as assistentes sociais do Estado.

*Gestão CRESSer Com Ética*

## Assembleia Geral Ordinária

O CRESS/RS convoca os/as assistentes sociais do Estado para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 24 de outubro de 2012, às 18h (1ª chamada) e às 18h30 (2ª chamada), no auditório da sede. Na pauta estão, entre outros assuntos, a deliberação sobre as anuidades do próximo exercício e a Prestação de Contas do setor contábil.

Antes disso, às 14 horas, será realizada Reunião Ampliada com os Representantes dos Núcleos de Assistentes Sociais e das Seccionais do CRESS/RS. Confira em breve no site a programação.



## Ações da Seccional de Caxias do Sul

A Seccional realizou a 1ª Roda de Conversas para discutir o tema das “Práticas Profissionais”. Segundo a coordenação da Seccional, a proposta foi debater temas pertinentes às transformações societárias que estão particularmente atreladas ao cotidiano do trabalho e à formação profissional do/a assistente social. Para isso, foi convidada a conselheira do CRESS/RS Dra. Sônia Maria Almeida, que também contribuiu com esclarecimentos sobre o “PL das 30 horas” e o Decreto Municipal nº 15589/2012, que regulamenta o Passe Livre para pessoas com deficiência em Caxias do Sul. Em novembro, haverá uma reunião descentralizada do GT de Formação do CRESS e da Seccional, que está mobilizando as instituições educacionais da região. Aguarde em breve a programação no site do CRESS.



## Ações da Seccional de Pelotas

Está sendo concluída a capacitação “Ação Profissional dos Assistentes Sociais no SUAS: exigências e desafios” realizada através da parceria entre a Seccional e a Universidade Católica de Pelotas (Ucpel). Segundo a coordenadora da Seccional Maria Izabel Arndt, o interesse dos profissionais superou as expectativas. “Extrapolamos em 15 participantes o número de inscrições, de profissionais de sete municípios da região. Os encontros, além da atualização num tema da maior importância, proporcionaram a aproximação e a troca de experiências. Um destaque é que, durante o curso, os alunos mapearam a rede socioassistencial de seu município, contribuindo concretamente para subsidiar a ação dos gestores”. A capacitação foi tão relevante que alguns municípios arcaram com as despesas do curso e transporte de seus assistentes sociais.

Em setembro foi realizada uma reunião das Conselheiras de Base na Seccional, contando com a presença da Coordenadora do Fórum dos Conselhos Dora Mara Domingues. O objetivo foi a aproximação da categoria com o Fórum dos Conselhos, criado em 1995 e recentemente es-

## Facebook bombando!

Se você ainda não curtiu a página do CRESS/RS no Facebook, está perdendo muita informação. Além de divulgar as notícias publicadas no site do Conselho, a página compartilha várias vezes ao dia postagens de outros CRESS, do CFESS, de entidades de interesse da categoria, além das notícias dos Nucess, que também estão aproveitando esta ferramenta de comunicação. Até o momento, já têm página ou perfil os Nucess do Planalto Médio, Uruguiana, São Borja, Santiago, Ijuí, Vale do Rio Pardo/AMCSerra e Santo Ângelo. Além do Facebook, o CRESS/RS também conta com perfil no Twitter, atualizado constantemente. No site do CRESS/RS ([www.cressrs.org.br](http://www.cressrs.org.br)) estão os links para as duas mídias.

## Novos Nucess

Nos últimos meses, o CRESS/RS aprovou a constituição de três novos Núcleos de Assistentes Sociais: São Borja, coordenado por Jorge Og de Vasconcelos; Fronteira Noroeste, por Vanessa Zobel; e Vale do Paranhana, por Elisângela Borba Bueno. Agora são 27 Nucess localizados em todas as regiões do Estado. Saiba como formalizar um Núcleo no site do CRESS.



Reunião do GT Educação na sede da Seccional.

tabelecido na Lei Municipal nº 5.908 de 13/06/12. O Fórum tem o papel de animação, formação e articulação dos Conselhos Municipais de Direitos visando possibilitar a qualificação e organicidade das lutas locais pelo Controle Social das Políticas Públicas. Ainda em setembro foi realizado o 1º encontro do GT Educação da Seccional. A pauta foi a formulação de um plano de ação para o GT para a efetiva inserção do assistente social nas Políticas Municipais da Educação. Como metodologia de intervenção foram eleitos dois eixos macro de ação: mapeamento da atuação do Serviço Social na Política de Educação na Região e elaboração de debate e formação acerca do tema “Serviço Social na Educação”.

## Capacitação para Multiplicadores

Em outubro e novembro, o CRESS/RS realiza a multiplicação do curso Ética em Movimento, para os membros da Diretoria, Seccionais, Comissões, Grupos de Trabalho e alguns Nucess. A atividade está em consonância com uma deliberação do 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS, que prevê a qualificação da Comissão Permanente de Ética na primeira edição do Ética em Movimento de cada gestão. O curso está sendo coordenado pela multiplicadora Anahí Melgaré, coordenadora da Comissão de Ética e conta com a participação da Profª. Drª. Beatriz Aginsky (PUCRS) e da Drª. Sinara Porto Fajardo, além das agentes fiscais Neorides Bianchini e Cleonice Pokorski Stefani e da Assessoria Jurídica do CRESS.

## Agenda dos GT's e Comissões do CRESS/RS

Local das reuniões:  
Sede do Conselho

Assistente Social Conversando  
com Assistente Social  
Próxima data: 28/11, às 18h30.

Comissão de Formação em  
Serviço Social  
Próximas datas:  
27/10 e 17/11, às 9h.

GT de Assistência Social e  
Comissão de Seguridade Social  
Realizarão uma atividade conjunta  
nos meses de novembro e dezembro:

Mesa Redonda:  
O Trabalho do/a Assistente Social  
na Assistência Social  
Próximas datas: 01/11 e 06/12, às  
17h30.

GT Serviço Social na Educação  
Próximas datas: 18/10, 08/11 e  
13/12, às 17h.

GT Sociojurídico  
Próximas datas: 19/10, 23/11 e  
07/12, às 9h às 12h.

GT Saúde  
Próximas datas: 26/10, 23/11 e  
14/12, das 14h às 16h.

### GT SOCIOJURÍDICO

## Grupo propõe seminário sobre Sistema Penitenciário



O GT Sociojurídico do CRESS/RS, que se reúne mensalmente na sede do Conselho, tem feito discussões de temas importantes e tem acompanhado situações que

envolvem a atuação dos/as assistentes sociais na área do Sistema Sociojurídico no Estado do Rio Grande do Sul. Um destes temas é a atuação dos profissionais do Serviço Social no Sistema Penitenciário, que vem ocorrendo desde o ano passado, especialmente no tocante aos processos de avaliação dos apenados, tanto no exame criminológico quanto nas avaliações para fins de progressão de regime e individualização da pena, em que grande parte dos 101 assistentes sociais da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) estão envolvidos. Diversos aspectos da realização destas avaliações foram levantados e considerados pelo grupo, resultando num documento intitulado “Posicionamento sobre a Realização do Exame Criminológico” (que pode ser lido na íntegra no site do CRESS/RS, na área “Documentos”).

No documento, o grupo refere que diante dos dilemas identificados, o CRESS/RS e o Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE planejam a realização de um seminário para o próximo semestre com o objetivo de discutir com a categoria,

diretrizes para o seu trabalho, construindo nesse processo seu posicionamento sobre o tema das manifestações técnicas e do exame criminológico para contribuir com o debate nacional. “É nossa opinião que no encontro de setembro/2012 (41º Encontro Nacional CFESS/CRESS), talvez seja possível apenas direcionar o processo de discussão nacional, por exemplo, propondo seminários nos estados com nossa base, para debate do assunto, para que possamos construir posicionamentos sintonizados com a realidade da categoria neste espaço sócio-ocupacional, de enormes contradições. (...) O amadurecimento de nossa discussão é essencial para a qualidade de nossas respostas aos dilemas afetos à violação de direitos nesse contexto e a nossa capacidade de transigência de respostas junto aos atores envolvidos, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e as Secretarias de Estado, empregadoras dos assistentes sociais, além da população carcerária”, diz a manifestação, assinada pelos/as assistentes sociais que compõem o GT Sociojurídico, participantes da reunião de 13/07/2012, Alexandre Pacheco (assistente social da FASERS), Elizandra Ferronato (assistente social da Saúde), Mara Brum (2ª Tesoureira do CRESS/RS), Mariele Pedersen (assistente social da SUSEPE), Neiva Maria Fernandes (assistente social da SUSEPE/ Departamento de Tratamento Penal) e Sílvia Tejedas (vice-presidente do CRESS/RS).

Existe um GT Nacional Sociojurídico, do qual faz parte a vice-presidente do CRESS/RS. Esta e outras discussões do GT local estão sendo dialogadas com o restante dos CRESS.

Leia o “Posicionamento sobre a Realização do Exame Criminológico” no site do CRESS/RS, na área “Documentos”.

## Decisão judicial pode gerar “psiquiatrização” na FASE

O GT Sociojurídico, recentemente, manifestou sua posição com relação a decisão do Primeiro Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Alegre, em decorrência da Ação Civil Pública (Processo nº 001/5.08.0134068-0), que condena o Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS (FASE) a “implantar programa permanente de atendimento individual e especializado, em local adequado, de adolescentes portadores de problemas mentais ou transtornos psiquiátricos graves”, decisão amparada e confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Segundo a manifestação, “o CRESS 10ª Região aponta para o risco da ‘psiquiatrização’ do atendimento dirigido a adolescentes autores de ato(s) infracional (is) privados de liberdade, em face de uma decisão judicial que determina a criação de um ‘espaço’ específico destinado a oferecer atendimento a adolescentes com quadro grave de transtorno e ou deficiência mental, durante o cumprimento de medida socioeducativa de internação ou de internação provisória”, além de outros apontamentos trazidos para reflexão.

O texto pode ser lido na íntegra na área “Documentos” do site do CRESS/RS.

Leia mais sobre o GT Sociojurídico na contracapa

### GT SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

## GT Nacional conclui trabalho



No 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, em Palmas/TO, foi aprovado o fim do GT Nacional do Serviço Social na Educação, que concluiu seu trabalho com a realização do Seminário Nacional do Serviço Social na

Educação, realizado em junho deste ano em Macaé/AL, e a finalização do documento “Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação”.

A coordenadora do GT Serviço Social na Educação



Coordenadora do GT Sociojurídico participou de audiência na Assembleia Legislativa, em junho, que discutiu o Projeto Depoimento Sem Dano, um dos temas acompanhados pelo GT do CRESS.

do CRESS/RS, Neide Oliveira de Lara, informa que os CRESS darão continuidade às atividades com ações regionais e estaduais visando ampliar e consolidar o debate da Política de Educação e a inserção do Serviço Social nesta política, a partir do acúmulo do Conjunto e dos documentos produzidos pelo GT Nacional. Entre as ações estão a participação nos fóruns; acompanhamento dos Projetos de Lei; articulação com outras categorias profissionais e espaços de organização política da Educação pelo fortalecimento desta área.

Segundo Neide, o GT Nacional irá enviar aos CRESS um dossiê com subsídios para debates, atuação, consolidação do Serviço Social na Política de Educação e uma brochura para divulgação até o final do ano. Dentre as ações do GT/RS, uma das prioridades é a realização de um novo encontro para o início de 2013, que vem sendo discutido no grupo que se reúne mensalmente.

#### COMISSÃO DE ÉTICA E DIR. HUMANOS

### Temática está sendo retomada no CRESS

Considerando o compromisso do Conjunto CFESS/CRESS de priorizar a discussão acerca dos Direitos Humanos, fortalecendo na sua agenda política a perspectiva de que "Toda forma de violação de direitos é uma forma de violência", o CRESS/RS está retomando a Comissão de Ética e Direitos Humanos. Segundo o assistente social Agnaldo Engel Knewitz, membro da Comissão, a

iniciativa está sendo fomentada a partir de reflexões despertadas na atividade mensal "Assistente Social Conversando com Assistente Social", respondendo ao reconhecimento da categoria da centralidade da discussão acerca dos Direitos Humanos.

Em agosto, o debate foi aprofundado com a colaboração da assistente social Dra. Maria Palma Wolf, diretora do Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso. Palma fez uma introdução sobre o tema contextualizando os Direitos Humanos na história e na contemporaneidade, e sua relação com o Serviço Social. A doutora em Direitos Humanos falou também como os/as assistentes sociais podem ter uma prática comprometida com a defesa dos Direitos Humanos: "através da publicização das demandas; da visibilização/domínio das normas legais; desvelando contradições; participação/ampliação nas organizações/movimentos existentes; denúncia de violações; entre outras ações que fazem ou podem fazer parte do exercício profissional. "Todos/as nós que trabalhamos com políticas sociais estamos trabalhando também com os Direitos Humanos. Precisamos manter isso claro no nosso cotidiano", ressaltou.

Acompanhe no site do CRESS a agenda da Comissão de Ética e Direitos Humanos e participe!

*Na gestão anterior, a última atividade da Comissão de Ética e Direitos Humanos do CRESS foi o Ciclo de Debates em Direitos Humanos, que ocorreu nos dias 21/11/2008 e 08/12/2008, com a contribuição da Dra. Maria Palma Wolf e da Dra. Beatriz Aguiński.*



Dra. Maria Palma contribuiu com o debate sobre DH.

#### COMISSÃO DE FORMAÇÃO EM S. S.

### Planos para 2013



A Comissão está com uma importante agenda em debate, fruto das pautas já construídas

e das demandas da reunião descentralizada, realizada em junho deste ano em Ijuí, com a presença de docentes e discentes da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), da Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA) de Santa Rosa, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), da Universidade Regional do Médio e Alto Uruguai (URI) de São Luiz Gonzaga e representantes do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 10ª Região, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Núcleo Regional de Serviço Social (NUCRESS) Cealeiro. Segundo o relato da presidente do CRESS/RS Miriam Dias, que acompanhou os encontros, no âmbito da Extensão, serão elaborados requisitos para que projetos vinculados ao Serviço Social nas UFAs (Unidades de Formação Acadêmica) possam ser campos de estágio, tendo como orientação a Política Nacional de Estágios em Serviço Social; no âmbito da Qualificação Profissional, a divulgação da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS no mês de setembro vai subsidiar a elaboração de estratégias no Estado, numa parceria entre as UFAs e o CRESS; e no âmbito político, os Nucess, em reunião realizada em 20 de junho deste ano, propuseram a realização de encontros com gestores das Políticas Sociais, visando difundir e esclarecer a relevância do trabalho do assistente social e das condições necessárias para as políticas sociais serem campos de estágio. No próximo ano esta agenda será executada com as novas Administrações Municipais.

Miriam também informa que está prevista uma reunião descentralizada, em Caxias do Sul, no mês de abril de 2013, quando se debaterá a Formação e Exercício Profissional com as UFAs e Nucess da região. Ainda este ano, a Comissão se reunirá nos dias 27/10 e 17/11. Acompanhe pelo site do CRESS os temas pautados.



# Conjunto realiza 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS

**P**almas, capital do Estado do Tocantins, acolheu o 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, que contou com profissionais de todo Brasil, conselheiros/as e assistentes sociais da base, entre os dias 6 e 9 de setembro. O encontro debateu e aprovou os principais temas que afetam a profissão dentro dos eixos da Seguridade Social, Fiscalização Profissional, Formação Profissional/Relações Internacionais, Administrativo-financeiro, Comunicação e Ética e Direitos Humanos. A delegação do CRESS/RS, composta por 10 assistentes sociais da Diretoria, das Seccionais e da base, estava presente.

A mesa de abertura foi composta por representantes da Enesso (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CRESS/TO e CFESS, que destacaram a importância do Encontro para o fortalecimento e reafirmação do Projeto Ético-político profissional e para organização coletiva da categoria. Em seguida, ocorreu a chamada das delegações de todos os estados ao som do grupo Tambores de Tocantins, que emocionou os/as participantes com músicas típicas de cada região.

Após a cerimônia de abertura, a conferência “No mundo de desigualdade, toda violação de direito é violência”, chamou a atenção dos/as assistentes sociais presentes para o tema da



Grupo Tambores de Tocantins

campanha lançada pelo CFESS no Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Humanos que também ocorreu em Palmas entre os dias 4 e 6 de setembro. José Fernando Siqueira, assistente social e professor da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (Unesp/Franca), abriu a mesa, afirmando que estamos vivendo um momento chave para a categoria e criticou o idealismo exagerado dizendo que

“embora uma dose de utopia seja necessária, precisamos de mais concretude. Estabelecer com clareza o chão sócio-histórico do Serviço Social. Não precisamos de academicistas, nem de produtivistas, mas sim de intelectuais”.

José Fernando também falou sobre a captura orgânica do Estado na acumulação, que vive-mos uma revolução burguesa hiper tardia e que a gerência do Estado na questão social se dá a partir da forte presença do setor financeiro, especialmente com a oferta de crédito. Fazendo um resgate sócio-histórico, afirmou que a nossa profissão possui um caráter intrinsecamente sincrético na sua gênese e uma perspectiva de intenção de ruptura. “Foi a luta por direitos, por uma nova Constituição, que mobilizou o Serviço Social”, disse ele.

Em seguida foi a vez da presidente do CFESS Sâmia Rodrigues Ramos, que fez um resgate histórico sobre o debate dos Direitos Humanos no Serviço Social. Segundo ela, em 1990, o CFESS cumpriu um importante papel no debate sobre ética incorporando a questão dos Direitos Humanos a partir da gestão 99/00. E enfatizou que existe uma transversalidade da Ética e dos Direitos Humanos sobre as demais comissões temáticas trabalhadas pelo Conjunto.

Fotos: Comunicação/CFESS e Comunicação/CRESS-RS



A delegação do CRESS/RS em Palmas.



Conferência de Abertura: No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência.

A presidente do CFESS afirmou, ainda, que temos que superar a visão legalista de direitos, incorporando sim, a luta por direitos e uma compreensão crítica e radical sobre Direitos Humanos. Argumentou que há a necessidade de nos articularmos com os movimentos so-

ciais de defesa de direitos. “Não podemos nos perder no emaranhado do cidadão abstrato”. A presidente do CFESS destacou, nesse contexto, as campanhas do Conjunto CFESS/CRESS no campo da Ética e Direitos Humanos e anunciou o lançamento da campanha de Gestão “Sem

movimento não há liberdade”, cujo material deverá ser distribuído em novembro.

No segundo dia de trabalho, a mesa-redonda “O trabalho profissional frente à crise do capital: desafios do Conjunto CFESS-CRESS” teve início com a explanação da assistente social e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Yolanda Guerra, que chamou a atenção para o “o admirável mundo da mercadoria onde nada é eterno”. Trouxe como exemplo as máquinas digitais, nas quais as fotos que não agradaram podem ser imediatamente apagadas. Segundo Yolanda, vivemos um tempo marcado pela mercantilização e aprofundamento do fetiche não só da mercadoria, mas onde tudo se “fetichizou”, inclusive, os direitos.

Yolanda também destacou o exacerbado individualismo que vivenciamos atualmente, onde o novo perfil do trabalhador é o do trabalhador flexível, aquele que “apesar de... dá conta, pois é tempo do salve-se quem puder”. Falou sobre os “programas de alívio da pobreza” e enfatizou que a desespecialização, a desprofissionalização e a desregulamentação



Professora Yolanda Guerra



## BARRAGENS

"ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS!"

(MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS)

já estão repercutindo no Serviço Social em um conjunto de relações que nos põe uns contra os outros num contexto de cumprimento de metas, contratos precários, etc. Para Yolanda, nossas políticas são minimalistas, criminalizam e coagem a uma tendência a dar repostas pontuais a demandas emergenciais.

Em seguida, a conselheira do CFESS Esther Luiza de Souza Lemos disse que "esse tempo exige de nós lucidez na análise e coragem, pensar o futuro, pois temos grandes desafios". Segundo ela, precisamos preservar o patrimônio intelectual do Serviço Social brasileiro, que é o fruto do investimento em pesquisa das gerações antecessoras de profissionais. Esther disse que esse acúmulo "é essencial para a análise e o entendimento do trabalho profissional do/a assistente social e de sua relação com as dificuldades impostas pelo capital, que incidem nas relações entre Estado e Sociedade, nas expressões da questão social, com as quais lidamos cotidianamente". Também falou sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. "A descoberta de nossa área como um nicho de mercado possibilitou a construção de uma formação distinta da que defendemos. Queremos uma formação não mercantilizada, direcionada pelas diretrizes curriculares da Abepss, pelos princípios e valores expressos no Código de Ética profissional".

**CIDADE  
SEM RACISMO,  
SEM HOMOFOBIA,  
SEM LESBOFOBIA,  
SEM TRANSFOBIA!**



*A presidente do CRESS/RS recebeu uma lembrança do Encontro.*

Após as explanações, houve um intenso debate entre os que estavam presentes sobre os pontos apresentados. No mesmo dia, teve início a análise e a votação das propostas de deliberações que nortearão a direção política das ações do Conjunto CFESS/CRESS no próximo ano nos seis eixos já mencionados na matéria. Um dos momentos mais emocionantes no encerramento do 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS foi a leitura da Carta de Palmas pelo assistente social e conselheiro do CFESS Maurílio Matos, renovando o compromisso Ético-Político do Serviço Social, especialmente em relação aos Direitos Humanos.

Para a conselheira do CRESS/RS Grayce Gonçalves, coordenadora da Comissão de Comunicação, "o Encontro Nacional CFESS/CRESS configura-se como um momento ímpar de discussão da categoria do Serviço Social

brasileiro e de renovação do compromisso Ético-Político dentro de um cenário mundial de aprofundamento da desigualdade e das formas de violência. O Encontro também é um espaço de encorajamento e engajamento em defesa de direitos". Segundo ela, cada assistente social que participou teve a certeza da importância de seu papel na sociedade que vivemos. "Somos todos multiplicadores do compromisso ético-político assumido, dentro de cada um de nossos espaços profissionais. Mais uma vez precisamos renovar as nossas energias, ter unidade e clareza de que no mundo de desigualdade, toda violação de direito é violência!"

O próximo Encontro Nacional será realizado em Recife/PE em 2013. O relatório e as moções do 41º Encontro Nacional podem ser acessadas nos sites do CFESS e do CRESS/RS.



# Saiba como é importante o trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS

Um dos focos principais de atuação do CRESS é sua ação de Orientação e Fiscalização, uma das formas de materialização das competências legais do Conselho como prevê o artigo 10º, inciso II, da lei nº 8662/93, que contém a dimensão ética e política da profissão. Para cumprir esta determinação legal, nos anos de 2010, 2011 e 2012 foram programadas e realizadas visitas de rotina e de fiscalização no Interior do Estado e da Região Metropolitana. Segundo a agente fiscal Neorides Bianchini, que compõe a COFI (Comissão de Orientação e Fiscalização) do CRESS/RS, “estas visitas objetivam demarcar, defender e valorizar o espaço e as prerrogativas da profissão. Assim, o contato direto com os/as profissionais busca fortalecer a dimensão ética e política da atuação dos/das assistentes sociais, bem como dialogar acerca do plano de lutas do Conjunto CFESS/CRESS, especialmente no que diz respeito à defesa das Políticas Públicas, à ampliação dos espaços de trabalho, ao compromisso com a qualificação profissional e à luta pela formação e educação pública de qualidade”, esclarece ela.

Para manter este trabalho, o CRESS/RS possui duas Agentes Fiscais, que atuam em todo o Estado: Neorides Bianchini e Cleonice Stefani. A Diretoria identifica que há necessidade de um quadro maior de fiscais para dar conta das demandas, que só têm aumentado nos últimos anos, entretanto as restrições orçamentárias

que o Conselho tem enfrentado inviabilizam estas contratações.

## Planejamento das Ações de Fiscalização

Anualmente, é realizado o plano de ação para a COFI, que é submetido à Assembleia Geral da categoria para apreciação, já que está diretamente vinculado a custos financeiros. Costumeiramente, planeja-se a visitação a diferentes regiões do Estado, privilegiando aquelas mais distantes, ou que ainda não tiveram a oportunidade de receber a Fiscalização, bem como as que sediam UFAs (Unidades de Formação Acadêmica) e/ou pólos de formação profissional. Neorides explica que neste plano são agregadas também demandas dos/as assistentes sociais da região e/ou município, que indicam a necessidade e/ou pertinência de averiguação por meio da visita ou de alguma forma de intervenção “in loco”.

## Principais demandas que motivam visitas

São diversos os motivos pelos quais as visitas das Agentes Fiscais são demandadas, mas algumas se destacam pela frequência, urgência ou relevância:

**1. Campos de Estágio em Serviço Social em situação irregular:** espaços onde não estão sendo cumpridas as exigências legais e/ou éticas, conforme determinam a Lei nº 11.788/2008, a Resolução CFESS nº

533/2008, a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética do/a Assistente Social. As fiscais relatam que ocorrem casos frequentes de alunos ocupando o lugar do profissional. Em situações como esta, as providências costumam ser o fechamento do Campo de Estágio; a não validação de estágios realizados irregularmente; a comunicação ao Ministério do Trabalho; e um trabalho de reflexão com os profissionais envolvidos, além da interpretação das Resoluções em questão;

**2. Falta de condições para a prática profissional:** situações em que o profissional encontra dificuldades para assegurar o sigilo profissional, o respeito à privacidade do usuário, o profissional busca o CRESS para que este, através da Fiscalização, atue na defesa das prerrogativas da profissão, como previsto na Resolução CFESS nº 496/2008. “É importante referir que a categoria profissional tem alcançado significativo reconhecimento quanto ao seu ‘status’ profissional, ou seja, deixamos de ser uma profissão à mercê de qualquer condição de trabalho e assumindo funções alheias a nossa formação técnica, ética e política”, salienta a agente fiscal Cleonice Pokorski Stefani.

Além destas, as agentes fiscais destacam ainda



Agentes fiscal Neorides Bianchini



A conselheira Sônia Almeida, coordenadora da COFI-CRESS/RS, e a agente fiscal Neorides Bianchini representaram o nosso Estado no 3º Fórum das COFIs, realizado pelo CRESS/PR em julho.

as dificuldades profissionais para a efetivação/demarcção do espaço profissional e a intervenção dos gestores dificultando a prática profissional.

## Dimensão Pedagógica da Fiscalização e Plano de Lutas do Conjunto

De acordo com a avaliação da COFI, a visita aos espaços de trabalho como meio de conhecer a área de atuação e as condições em que a prática profissional ocorre permite que sejam também observadas as situações que integram a luta política da categoria, tais como:

**A defesa da qualidade das Políticas Públicas:** inúmeras são as situações em que o CRESS se manifesta junto aos órgãos competentes em relação às condições estruturais e técnicas em que se operam serviços prestados à população;

**A defesa dos Direitos e da Dignidade Humana:** a visita aos espaços institucionais não tem se restringido aos locais onde há a atuação do/a assistente social, mas também a espaços onde haja indicação de violação da garantia de Direitos Sociais. As agentes fiscais citam como exemplo as instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) que vem sendo visitadas em diversos municípios, inclusive com encaminhamentos para o Ministério Público, Delegacias de Idosos, Conselhos Municipais e outras instituições;



Coordenadora da COFI Sônia Almeida



Agente Fiscal Cleonice Stefani

**O compromisso com a qualidade da ação profissional e ampliação de espaços de atuação:** as visitas de rotina têm por objetivo demarcar e defender o espaço da profissão se efetivando através de reuniões com gestores e demais empregadores. As fiscais reforçam a dimensão técnico-operativa da profissão, especialmente quanto à desmistificação da atuação assistencialista que, historicamente, a sociedade tem vinculado ao papel do/a assistente social.

“Os contatos têm se mostrado positivos. Além da fiscalização e defesa do legal e regular exercício profissional, têm se efetivado como um instrumento e alternativa de divulgação das prerrogativas do profissional, especialmente no que diz respeito à atuação junto às Políticas Públicas para a defesa dos Direitos Sociais”, destacam Neorides e Cleonice.

**As condições de trabalho do/a assistente social:** as agentes fiscais tratam da necessidade e pertinência das condições de trabalho dos/as profissionais, da carga horária e do salário, da responsabilidade para com o cumprimento e atenção ao Código de Ética do/a Assistente Social e orientações acerca das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS (que podem ser acessadas no site do CRESS/RS e do CFESS). Também são realizadas reflexões sobre as novas exigências para a profissão nos diferentes espaços sócio-ocupacionais; sobre as competências e atribuições profissionais, sobretudo no que tange à prática do estágio nos termos da lei, assegurada a supervisão direta, que deve ser assumida no contrato do estágio e no compromisso profissional da execução da atividade privativa com qualidade.

## Levantamento das visitas de Fiscalização em 2012

### 1 - MUNICÍPIO DE VIAMÃO

#### Instituições visitadas:

CRAS São Tomé Martinica, CREAS, CRAS São Lucas, CRAS Rural, Poder Judiciário, Secretaria Municipal da Habitação, Serviço Especializado DST/HIV, Atendimento à Mulher Vítima de Violência, CAPs Renascer, Secretaria Municipal da Assistência Social, Casa Lar João Paulo II, APAE, Novo Lar, Abrigo Cisne Branco e Hospital.

#### Atividades desenvolvidas:

reunião com a secretária Municipal da Assistência Social a fim de tratar sobre o trabalho e atividades do/a assistente social naquela Política; as condições éticas e técnicas para o desenvolvimento das atividades do profissional; encontro com os assistentes sociais; orientação sobre a atividade de fiscalização no município; orientação profissional individualizado.

#### Total de instituições visitadas:

18

#### Total de assistentes sociais entrevistados:

22

### 2 - REGIÃO DE BAGÉ

#### Instituições visitadas em Bagé:

APAE, Tribunal de Justiça, Santa Casa de Misericórdia, SUSEPE/Presídio Regional, PROCIBA/Restaurante Popular, CREAS, Mulheres da Paz Guayí, Departamento de Água/DAEB, Secretaria Municipal de Saúde, CAPS AD, União Espírita Bageense/ Caminhos da Luz, Instituto São Pedro de Educação e Assistência, AAPECAN, Fundação Geriátrica José Auta Gomes, Casa de Longa Permanência Vila Vicentina, Centro do Idoso, Secretaria da Assistência Social/Plantão Social, Secretaria da Saúde/Planejamento Familiar, Pólo Presencial da UNITINS.

#### Instituições visitadas em Dom Pedrito:

Secretaria da Assistência Social, CREAS, Secretaria do Planejamento, CRAS São Gregório, CRAS Getúlio Vargas, CRAS Itinerante, Casa de Cursos, Santa Casa de Misericórdia, Posto de Saúde/CAPS, APAE, Secretaria da Saúde/Planta, AS-



PEDEFE/Ass.de Portadores de Deficiência Física, CAPS.

**Outros municípios visitados:**  
Candiota, Aceguá e Hulha Negra.

**Atividades desenvolvidas:**  
orientação sobre questões relacionadas à relação de trabalho; reunião com os alunos da UNITINS sobre descomprometimento da instituição de ensino no processo de introdução ao estágio obrigatório; reunião com o diretor da DAEB sobre a obrigatoriedade no cumprimento da Resolução CFESS nº 533/2010 por parte dos profissionais; reunião com a secretária Municipal da Assistência Social de Dom Pedrito sobre a introdução à fiscalização aos equipamentos públicos municipais; reunião com a orientadora acadêmica da UNITINS sobre a Resolução CFESS nº 533/2008.

**Total de municípios visitados:**  
05

**Total de instituições visitadas:**  
38

**Total de assistentes sociais entrevistados:**  
46

### 3 - REGIÃO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR

**Instituições visitadas em Santa Vitória do Palmar:**

APAE, Secretaria Municipal da Assistência Social, Santa Casa de Misericórdia, CRAS, CAPS Nova Vida, Secretaria Municipal de Educação, Abrigo Infantil, CREAS, CRAEE – Centro de Referência de Atendimento à Educação Inclusiva, Programa Fome Zero, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Habitação.

**Instituições visitadas em São José do Norte:**

Secretaria da Assistência Social, CREAS, Hospital Municipal, APAE- Santo Antônio, Secretaria Municipal da Saúde, Ministério Público/Programa de Atenção ao Educando.

**Instituições visitadas em Rio Grande:**  
Secretaria Municipal da Assistência Social/Plantão Social, CRAS, APAE, Associação Casa Lar, Secretaria Municipal da Saúde, CRAS Cidade de Agueda, Pólo Anhanguera, Pólo da UNOPAR, Pólo da UNIGRAN,

Hospital Universitário.

**Outros municípios visitados:**  
Chuí, Capão do Leão e Pelotas.

**Atividades desenvolvidas:**  
entrevista com assistente social sobre Representação Ética; entrevista com profissionais sobre campo de estágio irregular; entrevista com assistentes sociais sobre conduta profissional; entrevista com a acadêmica de Serviço Social no uso da titulação de Assistente Social; entrevista com usuária relativa à ação profissional no parecer para acolhimento institucional de criança/orientação sobre competência do Conselho e Representação Ética; entrevista com a Supervisora de Estágio da Anhanguera, com o diretor da UNIGRAN e com a Direção da UNOPAR sobre a Resolução CFESS nº 533/2010; reunião com assistentes sociais do Hospital Universitário sobre orientação e possibilidade de efetivação das 30 horas semanais.

**Total de municípios visitados:**  
06

**Total de instituições visitadas:**  
34

**Total de assistentes sociais entrevistados:**  
55

### 4 - MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL

**Instituições visitadas:**  
CREAS, Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS Sul, Associação Casa de Passagem ACAPASS, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, CRAS Central, Lar de Longa Permanência São José, Casa Lar Meu Refúgio, CAPS, APAE, Asilo Aconchego do Idoso, Asilo Amar é Viver, Asilo Padre Réus, Asilo Santa Bárbara, Asilo Vó Manoelita, Secretaria de Saúde/Ambulatório de Infectologia.

**Atividades desenvolvidas:**  
reunião com a secretária da Assistência Social sobre Condições Éticas e Técnicas, Supervisão de Estágio e Concurso Público; reunião com a coordenadora do CREAS sobre Resoluções do CFESS, sobretudo a nº 533/2008; reunião de orientação para os técnicos assistentes sociais com a secretária Municipal da Assistência Social e demais técnicos da desta Política sobre as Resoluções da profissão e legislações pertinentes.

**Total de instituições visitadas:**  
16

**Total de assistentes sociais entrevistados:**  
23

### 5 - REGIÃO DE URUGUAIANA

**Instituições visitadas em Uruguiana:**  
APAE, Tribunal de Justiça, Santa Casa de Misericórdia, Clínica Municipal de Hemodiálise, Casa de Convivência/CRAS Bela Vista, CRAS Cabo Luiz Quevedo, CREAS, Secretaria da Saúde, Secretaria de Planejamento/Unidade Gestora Municipal, Secretaria de Planejamento/Banco Mundial, CIEE, Pólo Anhanguera, Pólo Universo, Pólo UNIP, Secretaria Municipal da Habitação, CACAU, INSS, Prefeitura Municipal/Setor de Estágios, Secretaria da Assistência Social, Secretaria de Educação, Escola de Educação Infantil Tia Mercedes, Escola Municipal Dom Bosco, Banco de Alimentos.

**Instituições visitadas em Barra do Quaraí:**  
Secretaria da Assistência Social, CREAS.

**Atividades desenvolvidas:**  
encontro com o Nuress sobre Exercício Profissional, supervisão de estágio e Política de Assistência x Exercício Profissional; reunião com a Secretária da Assistência Social, com o diretor administrativo da Secretaria da Saúde e a coordenadora do Programa DST/HIV sobre irregularidades em campos de estágio em Serviço Social; reunião com a Chefe do Setor de Estágios da Prefeitura de Uruguiana sobre supervisão de estágio; reunião com a Coordenadora do CIEE e com a direção da UNIP sobre a Resolução CFESS nº 533/2008; reunião com o Coordenador da Anhanguera e com a Coordenação do CACAU sobre o regular exercício da supervisão de estágio e normativa da Resolução CFESS nº 533/2008; reunião com o secretário da Assistência Social de Barra do Quaraí sobre Condições Éticas e Técnicas e supervisão de estágio.

**Total de instituições visitadas:**  
26

**Total de assistentes sociais entrevistados:**  
18

# O Sociojurídico em Questão

Mara Brum, Conselheira 2ª Tesoureira do CRESS/RS

Silvia Tejedás, Conselheira Vice-Presidente do CRESS/RS e representante da Região Sul no GT Nacional Sociojurídico

São recentes os debates da categoria profissional sobre o chamado “campo sociojurídico”, embora a profissão esteja presente nessa área, ao menos no Poder Judiciário, desde a década de 1950. Nesse contexto, a própria definição do que seja o “sociojurídico” ainda não apresenta maior acúmulo ou densidade. A assistente social Elizabete Borgianni, consultora do CFESS no Grupo de Trabalho Sociojurídico, no qual o CRESS 10ª região representa a região Sul, ao estudar o tema constatou que no 10º CBAS foi criada pela primeira vez uma Seção Temática para abordar essa área, ocasião na qual foi também lançada a revista Serviço Social e Sociedade 67 que enfocou o “sociojurídico”. A partir de então, os CRESS passaram a criar suas comissões sociojurídicas, hoje, transformadas em grupos de trabalho. Nessa esteira, em 2004, foi realizado o I Seminário Nacional do Serviço Social no Campo Sociojurídico, em Curitiba; tendo havido o II Seminário, em Cuiabá, no ano de 2010.

Identifica-se nas discussões iniciais do GT Nacional que há um conjunto de questões as quais a categoria precisa responder, como: trata-se um campo ou uma área de atuação; qual a abrangência do campo/área; qual o fio(s) condutor(es); é possível a construção de diretrizes comuns para a atuação dos assistentes sociais? Sem a pretensão de alcançar respostas, este texto objetiva somente apontar alguns caminhos que se vislumbra e os principais temas que vêm permeando o debate nacional e do Rio Grande do Sul.

A abrangência do campo – será adotado esse termo mesmo que provisoriamente, pois o mais conhecido – é instigante. Têm-se espaços sócio-ocupacionais que são tradicionais e facilmente identificáveis, pois afetos ao que conhecemos como “Sistema de Justiça”, ou seja, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as instituições que executam as penas restritivas de liberdade, bem como as medidas socioeducativas de internação (no caso do RGS, a SUSEPE e a FASE, respectivamente). Todavia, o sociojurídico não se esgota aí, partindo do entendimento de que o jurídico é “o lócus de resolução dos conflitos pela impositividade do Estado” (BORGIANNI, 2012, p. 10). Ainda, as mediações contemporâneas desse campo trazem à tona, além dos ritos adversariais típicos do Direito, a política para a cena, especialmente na atuação extrajudicial do Ministério Público e da Defensoria Pública com suas novas atribuições. Nesse sentido, há, também, como áreas próximas ao sociojurídico os serviços da Política de Assistência Social que possuem interfaces com o Sistema de Justiça, como os CREAS que executam a medida socioeducativa de liberdade assis-

tida e de prestação de serviços à comunidade e os serviços de acolhimento institucional. A Assistência Social possui uma trajetória incipiente como Política Pública, necessitando de densidade na sua organização e nas suas bases teóricas e metodológicas. Todavia, nesse processo de construção se depara com o viés jurídico, com seus prazos, exigências e ritos, estando aí implicados direitos do adolescente como o da liberdade.

Diante de tanta diversidade, um dos desafios

colocados aos debates dos GTs nesse campo é construir as estratégias para a defesa de direitos, em espaços tão facilmente capturados por lógicas que reforçam a culpabilização dos indivíduos e a ausência de direitos. Com base no projeto ético-político-profissional, fundamentador do processo de discussão das diretrizes para a atuação do Serviço Social no sociojurídico, o GT do CRESS vem buscando definir junto com os colegas que participam das reuniões mensais uma agenda de lutas que corresponda a esse desafio. Nessa direção, a seguir destacam-se algumas das pautas que vêm sendo debatidas:

- processos avaliativos de apenados, tanto no exame criminológico, quanto em avaliações para fins de progressão de regime no âmbito da SUSEPE: em muitas Unidades do sistema prisional ocorre expressiva precarização do trabalho do assistente social, de modo que o foco na avaliação dos apenados toma dimensão expressiva da atuação profissional, em detrimento da sua contribuição no tratamento penal; ainda há os riscos de os processos avaliativos incidirem na negação de direitos e no reforço à culpabilização dos apenados e suas famílias;
- depoimento sem dano: o CRESS participou de debate e de audiência pública promovidos pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança (CEDICA) que buscaram subsidiar os membros daquele Conselho e debater junto a outros segmentos da sociedade esse procedimento de constituição de prova sobre possíveis crimes, especialmente a violência sexual cometidos contra criança ou adolescente; o CRESS nesses eventos apresentou as contradições que permeiam esse procedimento que, ao mesmo tempo em que minimiza os danos causados no depoimento da criança vítima, especialmente se comparado à forma tradicional de coleta deste, traz em si prejuízos ao submeter a criança ao rito judiciário e a interferir em sua dinâmica familiar, atribuindo à criança o ônus da constituição da prova contra o agressor, na maioria das vezes participante de seu contexto familiar;
- atenção a jovens com transtorno e/ou deficiência mental na FASE: o GT vem discutindo posicionamento do CRESS em torno de ação judicial que obriga o Estado a construir unidade específica para atender adolescentes com transtorno e/ou deficiência mental; entende-se que tal propositura constitui afronta aos direitos assegurados ao adolescente autor de ato infracional e à Lei da Reforma Psiquiátrica, tendo forte viés segregador; ao contrário, o desafio está em assegurar a devida atenção às necessidades do adolescente no âmbito da política pública de saúde mental e da socioeducação.

Na busca de aprofundar o debate sobre os desafios do Serviço Social nesse campo, está em planejamento junto ao Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE encontro com os assistentes sociais daquele órgão. Têm-se, também, em vista a realização de encontro no próximo ano, provavelmente no primeiro semestre, congregando o conjunto dos profissionais da área para construção de diretrizes para a intervenção profissional diante dos desafios da garantia de direitos frente aos veios conservadores presentes nas instituições do “sociojurídico”. Para tanto, convidamos a todos os colegas do campo a se engajarem nesse processo de construção, pois as diretrizes a serem elaboradas no âmbito nacional serão fruto das contribuições e acúmulos do coletivo dos assistentes sociais.

<b>PARA USO DOS CORREIOS</b>	
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Falecido
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Recusado
<input type="checkbox"/> End. Insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não existe o n.º indicado	
<input type="checkbox"/> Ausente	
Reint ao Serviço postal em:	
____/____/____	
Ass. Responsável	
____	
Rua Cel. André Belo, 452	
CEP: 90110-020 - Porto Alegre - RS	